

Mulheres: entre guerras, conflitos, incertezas e resistências

Women: Between wars, conflicts, uncertainties and resistance
Mujeres: Entre guerras, conflictos, incertidumbres y resistencias

Luzinete Simões Minella¹  0000-0001-7953-7385

Maria Helena Lenzi¹  0000-0003-0729-2328

Cristina Scheibe Wolff¹  0000-0002-7315-1112

Tânia Regina Oliveira Ramos¹  0000-0002-2477-0419

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900



Nos Editoriais da Revista, publicados em 2025 e no último número lançado no início deste ano, entre outros acontecimentos relevantes, nos referimos à vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas, aos avanços dos conservadorismos políticos em várias regiões do mundo, paralelamente à expansão da violência política e das guerras, inclusive civis, em várias partes do planeta, além do consequente aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, de gênero, de classe, de gerações e de raça/etnia entre países e ao interior de vários deles.

Ressaltamos a crueldade das guerras civis, como a do Sudão, deflagrada em abril de 2023, que se juntaram às reflexões divulgadas nos editoriais anteriores sobre a gravíssima situação enfrentada pela população civil na Ucrânia, como resultado dos ataques da Rússia, iniciados em fevereiro de 2022; e a de Gaza, duramente atingida pelas forças militares de Israel numa guerra contra o Hamas, deflagrada em outubro de 2023. As instabilidades e tensões mundiais provocadas por estas guerras têm se agravado após o início da pareceria bélica entre Estados Unidos e Israel contra o Irã, em fevereiro de 2026. Associamos essas guerras às agressivas políticas expansionistas estimuladas pela direita radical liderada principalmente por Donald Trump e Benjamin Netanyahu, além de Vladimir Putin. Outras lideranças políticas instaladas em vários países também promovem armas e conflitos, investindo pesadamente contra os direitos humanos, o meio ambiente, as pautas dos movimentos sociais em geral, das mulheres e dos LGBTQIAPN+, em particular, mas seria impossível nomeá-las nos limites desse texto.

Entre as graves consequências desse cenário de destruição, podemos citar a ampliação dos "outros", ou seja, daqueles(as) que são considerados(as) inferiores e subalternos(as) (Maria Helena Lenzi *et al.*, 2025). Os "não humanos", para usar uma expressão de María Lugones (2014), são aqueles que, em meio ao desespero, observam suas casas, bairros e cidades serem destruídas, seus familiares, amigos e vizinhos mortos por conta de incessantes bombardeios, desterritorializações, abandono, medo e doenças. Pessoas cujas vidas não importam. Famintas e assustadas, sem esperanças, se movem entre entulhos, tentando gerenciar o caos no intuito de sobreviver, conforme mostram cenas amplamente divulgadas pela imprensa. Cenas que nos ensinam que as guerras são, de fato, o superlativo da barbárie!

Neste cenário de extrema violência que tem marcado as primeiras décadas do novo milênio, nos referimos também ao sequestro de Nicolás Maduro e Cilia Flores, ocorrido em janeiro do corrente ano, numa ação militar norte-americana, levados para julgamento por narcotráfico num tribunal em Nova Iorque, surpreendentemente distante das cortes internacionais (Cristina Scheibe Wolff *et al.*, 2026).

Entre os graves conflitos, não podemos deixar de mencionar neste Editorial a guerra entre sunitas e xiitas que ocorre há dez anos no Iêmen, considerada pela ONU como a "pior

situação humanitária do mundo", ou "a guerra esquecida", segundo alguns órgãos da imprensa internacional.¹

Guerras entre países, guerras civis, além dos conflitos entre facções em distintas regiões do mundo têm impactado de maneira altamente negativa a vida das mulheres e das crianças, incrementam o número de deportados e de refugiados, a fome, a insegurança, as mutilações, o desamparo, entre outros infortúnios mundo afora. Os neoconservadorismos ressuscitam velhas práticas da crueldade humana, ao mesmo tempo que as ampliam, reforçam e sofisticam mediante o refinamento de controversas tecnologias de combate.

No caso dos Estados Unidos, país pouco tempo atrás considerado a grande pátria da democracia, a disseminação das hostilidades à academia, do descrédito à ciência, a censura de certas obras e temas, um esforço deliberado de reduzir aos termos conservadores a própria história da nação, se desenvolvem paralelamente às assustadoras políticas migratórias impostas pelo governo Trump, sendo lideradas pelo *Immigration and Customs Enforcement* (ICE),² organismo que se encarrega de hostilizar ao extremo os imigrantes, de submetê-los a agressões físicas, às prisões, à insegurança alimentar. Como se isso fosse pouco, seus laços familiares são desmantelados, bem como suas moradias, seus sonhos de uma vida melhor, impondo-lhes, pela força, processos de deportação humilhantes, como documentam diariamente os repórteres da imprensa nacional e internacional. Por isso mesmo, as ações do ICE têm sido alvo de protestos por uma parcela expressiva da população norte-americana.

O envolvimento dos EUA na guerra contra o Irã (a reboque das estratégias do governo de Israel) – para muitos especialistas precipitado –, assim como a radicalidade do caráter xenofóbico das políticas migratórias, resultado de uma política externa isolacionista e, contraditoriamente, expansionista e belicista, tem causado resistência, provocando – junto com uma série de outros fatores socioeconômicos – uma queda expressiva da popularidade de Trump, espelhada nas grandes manifestações contra seu governo. Sabemos que o contexto de incertezas vivenciado pela mais poderosa nação do mundo, ao se envolver diretamente numa guerra numa região já historicamente conflagrada – Oriente Médio – não fica restrito às suas fronteiras. Boa parte do mundo, já abalado por tantos conflitos, também vem ingressando aos poucos numa rota incerta e perigosa.

Em meio às incertezas que vêm sendo desenhadas no plano global, o governo brasileiro se contrapõe ao isolacionismo, à violência política contra as minorias, especialmente, aos conflitos armados. Na liderança do governo desde janeiro de 2023, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, tem mantido sua forte presença e protagonismo nos fóruns internacionais, nos quais manifesta reiteradas vezes sua confiança no diálogo, na democracia, na autonomia dos povos e na defesa do multilateralismo. O país se prepara para as eleições em outubro deste ano num clima de polarização acentuada entre as forças progressistas (esquerda) e as conservadoras (direita e extrema-direita), tal como ocorreu na última eleição, quando disputaram a presidência, num clima de muita tensão, as primeiras, lideradas por Lula da Silva e as segundas, por Jair Bolsonaro. Abordamos parte das tensões daquele período eleitoral e pós-eleitoral no Editorial do volume 31, n. 1 de 2023.³ Mais uma vez estamos finalizando um número da *Revista* num ano de eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais, que tudo indica serão também conturbadas.

Nesse contexto eleitoral, a pauta de gênero volta a ocupar um lugar central e muito disputado. Por um lado, o avanço dos feminicídios, a precarização do trabalho de cuidado e as reiteradas restrições aos direitos reprodutivos colocam as mulheres no centro dos debates sobre políticas públicas. Por outro, forças conservadoras seguem instrumentalizando questões de gênero como elementos de mobilização reacionária, continuamente associando direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+ a ameaças à família, à moral e aos valores tradicionais. A eleição que se aproxima também será uma disputa sobre quem é sujeito de direitos no Brasil e quem deve seguir sendo deixado à própria sorte.

A baixa representação das mulheres nos espaços de poder, tanto no legislativo quanto no executivo e judiciário, permanece como um problema estrutural: apesar de representarmos

¹ Em 2022, segundo a BBC News Brasil, o conflito já tinha gerado "233 mil mortes, incluindo 131 mil por causas indiretas, como falta de alimentos, serviços de saúde e infraestrutura. Mais de 10 mil crianças morreram como consequência direta dos combates" (BBC NEWS BRASIL. "A guerra esquecida no lêmén: 8 anos de conflito e 700 ataques aéreos em um mês". *BBC News Brasil*, 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60758741>. Acesso em 10/05/2026).

² Segundo Lucas Pordeus León (2026), essa agência "criada em março de 2003 no contexto da invasão do Iraque, [...] uniu os antigos serviços de alfândega e imigração dos EUA com a missão de combater a imigração ilegal que ameaçaria a segurança do país" (LEÓN, Lucas Pordeus. "Conheça o ICE: polícia migratória de Trump alvo de protestos nos EUA". *Agência Brasil*, 2026. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/conheca-o-ice-policia-migratoria-de-trump-alvo-de-protestos-nos-eua>. Acesso em 14/05/2026).

³ O conturbado contexto da eleição passada, ocorrida em 2022, foi abordado em Luzinete Minella et al. (2023) (MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mais um número da REF: entre a esperança e os sobressaltos do processo eleitoral". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 1, e93385, 2023).

a maioria do eleitorado, seguimos minoritárias nas candidaturas, nos partidos e nos cargos eletivos, com disparidades ainda mais vergonhosas quando nos atentamos às questões étnico-raciais e de classe. Os movimentos feministas têm pautado a ampliação da representação política como uma das mínimas condições necessárias para a transformação das estruturas que reproduzem as várias dimensões das desigualdades de gênero.

Nesse horizonte, refletir sobre o voto é fundamental. Votar em mulheres, em candidaturas LGBTQIAPN+, em pessoas não brancas e/ou em todas aquelas pessoas de fato comprometidas com essas pautas, constitui um ato de resistência e um elemento de aposta na transformação das estruturas de poder.

A histórica e cruel articulação entre racismo e sexismo no Brasil se mostra como uma forma específica de dominação que exige respostas radicalmente situadas: uma delas é justamente a presença política das mulheres negras nos espaços de poder (Lélia Gonzalez, 1988). Nesse mesmo sentido, a deputada federal e ex-Ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara tem chamado a atenção para o fato de que a eleição de mulheres indígenas e sua presença em espaços institucionais é uma conquista fruto de uma dura luta contra uma estrutura colonial e excludente presente nestas terras há 500 anos. Para Guajajara, há que aldear a política (Samanta Prado, 2021; Brasil, 2025).

Os avanços impulsionados pelos movimentos que defendem os direitos humanos, das mulheres e das crianças, dos idosos, pessoas portadoras de deficiência, da população indígena, dos LGBTQIAPN+ e que combatem as discriminações das “minorias”, do racismo, das desigualdades, impõem resistências seja através das marchas, seja mediante estratégias de articulação de redes de apoio mútuo, apesar da disseminação de uma cultura da violência e do contrapeso dos valores ultraconservadores. As pautas dos movimentos têm sido contestadas tanto por amplos segmentos da população quanto por um Congresso em que predominam representantes dos partidos conservadores, que investem contra as políticas de cotas e contra a autonomia das mulheres, defendendo, entre outras agendas retrógradas, a exclusão do debate sobre gênero e feminismos nas escolas e estabelecendo interseções muito peculiares com a religião para fundamentar seus argumentos.

Nas periferias urbanas, o crime se organiza em facções e milícias que lutam pelo domínio de territórios, investem no tráfico de drogas, de armas e de pessoas, se envolvem em confrontos constantes com policiais, aterrorizando a população dos morros e favelas, frequentemente atingidas por arbitrariedades: entre elas, as “balas perdidas” e os ataques violentos aos jovens pobres e negros tragados pelas disputas e tensões cotidianas. Conflitos que interseccionam questões de classe, gênero, raça/etnia e gerações saltam aos nossos olhos diariamente, embora o reacionarismo recalcitrante de muitos segmentos queira enxergar apenas as lutas entre o bem e o mal.

As organizações criminosas têm se disseminado também entre as elites financeiras, gerando fortes reações por parte das forças policiais e jurídicas. Nesse âmbito, se destaca, por exemplo, a Operação Compliance Zero desencadeada pela Polícia Federal, que tem se encarregado de desarticular as redes constituídas por personalidades célebres envolvidas naquele que tem sido considerado o maior escândalo de corrupção financeira já visto no país. Também conhecida como “Caso Master”, essa Operação, iniciada em 2025, tem ocupado boa parte do noticiário local e internacional. As investigações apontam para a existência de vínculos espúrios capitaneados por um renomado banqueiro (Daniel Vorcaro, empresário que atuou nos setores financeiros e imobiliários) e seus apoiadores, os quais desenvolveram nos últimos anos inúmeras ações envolvendo políticos, agentes financeiros e até mesmo agentes da justiça e da polícia na privatização de vultuosos recursos públicos em benefício próprio.

Nesse contexto de violências, no que se refere às mulheres, dando continuidade às reflexões do Editorial anterior, ressaltamos o lamentável incremento dos feminicídios, em Santa Catarina, estado no qual está sediada a *Revista*, e no Brasil como um todo. Segundo os dados do Observatório da Violência contra a Mulher (OVM) instalado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina,⁴ em 2025, foram registrados 52 feminicídios e proferidas 31.655 medidas protetivas. Infelizmente, entre janeiro e março de 2026, se anuncia uma situação ainda mais preocupante pois, nesse curto período, foram emitidas 9.515 medidas protetivas e ocorreram 12 feminicídios.⁵

Os dados sobre a situação no país são assustadores: segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as ocorrências em 2025 alcançaram a marca de 1.492 feminicídios, sendo 63,6% mulheres negras; 08 em cada dez mulheres foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros; 64,3% delas, assassinadas em suas próprias casas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). As tentativas de feminicídios chegaram a 3.870; violências psicológicas atingiram 51.866; *stalking* (perseguições) 95.026 enquanto as ameaças alcançaram um patamar altíssimo, 747.683.

⁴ “Constituído através da bancada feminina, em convênio com outras instituições policiais e judiciárias do estado, com a participação do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC” (Wolff et al., 2026). Ver <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>.

⁵ Observatório da Violência contra a Mulher em SC. *Relatório de Violência contra a Mulher*. Disponível em https://datastudio.google.com/reporting/b3e01469-cc21-45eb-b9e6-3d1f2b20451a/page/p_ioem0n45c. Acesso em 12/05/2026.

Crianças e adolescentes, por sua vez, também são impactadas pelo contexto de violência doméstica: estupros e estupro de vulnerável atingiram o maior número na história: 87.545 em 2024. A maior parte ocorreu na própria residência, afetando uma maioria de negras violentadas por familiares, parceiros e ex-parceiros. Em 2024, as violências contra crianças e adolescentes corresponderam a 2.356, incluindo abandono de incapaz; maus-tratos; agressões decorrentes de violência doméstica; produção e distribuição de material de abuso sexual infantil; 3,7% de mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025).

Esses dados revelam que tem se configurado uma situação ainda mais chocante, justamente porque crianças e adolescentes que não podem e nem sabem se defender constituem a ponta mais frágil da rede familiar, junto, evidentemente, com idosos e pessoas com deficiência ou enfermas. O machismo tem mostrado uma face perversa que agride e mata as mulheres que romperam ou querem romper seus relacionamentos, inúmeras vezes na presença da sua prole, ou avança sobre ela, como uma maneira de destruí-las e, dessa forma, punir ainda mais as mulheres.

Segundo as Nações Unidas, a violência contra as mulheres é uma questão global:

Em média, 137 mulheres e meninas perderam a vida diariamente em todo o mundo pelas mãos de seus parceiros ou de parentes próximos. Essa forma extrema de violência baseada em gênero continua a afetar mulheres e meninas em todas as regiões, sem exceção (Nações Unidas, 2025),

apresentando taxas maiores no continente africano.

Nos países ocidentais, as taxas também têm sido altas. Na França, por exemplo, os feminicídios aumentaram 11% “entre 2023 e 2024, alertou nesta sexta-feira (31) o relatório anual do Ministério do Interior sobre o tema. O número de mulheres mortas por seus parceiros ou ex-parceiros chegou a 107 no país, ou uma a cada 3,5 dias” (RFI, 2025).

A gravidade da situação tem desencadeado ações governamentais relevantes e necessárias em vários países. No Brasil, os avanços das inúmeras medidas de combate às violências implementadas pelos três poderes – executivo, legislativo e judiciário – foram apresentados na cerimônia 100 dias do Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio, realizada em 20 de maio do corrente no Palácio do Planalto. Este Pacto foi lançado em 04 de fevereiro de 2026. Entre as principais iniciativas, constam a realização de

um mutirão nacional, coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que resultou em mais de 6,3 mil prisões de agressores. Em outra frente, o esforço do Judiciário alcançou redução significativa no tempo de análise das Medidas Protetivas de Urgência, que passou de 16 para cerca de 3 dias – com aproximadamente 90% das decisões sendo proferidas em até dois dias (Brasil, 2026).⁶

Nesses cem dias também foi ampliada a rede de proteção e de prevenção à violência em todo o país pelo Ministério da Mulher e pelo Ministério da Educação:

As Casas da Mulher Brasileira realizaram 148 mil atendimentos desde janeiro e chegaram a 12 unidades em funcionamento no país; mais de 6,5 mil mulheres passaram a utilizar dispositivos portáteis de rastreamento de agressores integrados às medidas de monitoração eletrônica; e o governo do Brasil lançou um pacote de ações para incluir a prevenção à violência contra a mulher nos currículos da educação básica e fortalecer o enfrentamento à violência nas escolas (Brasil, 2026).

Simultaneamente, as resistências feministas seguem se reinventando. As Marchas das Mulheres, que percorrem as ruas de cidades brasileiras e de outros tantos países, expressam a vitalidade de uma agenda de luta que não se curva à normalização da violência e à manutenção das desigualdades. No Brasil, coletivos feministas, organizações de mulheres negras, indígenas, camponesas e periféricas têm intensificado articulações, combinando mobilização não somente nas ruas, mas com presença crescente nos espaços legislativos e institucionais.

Na dimensão digital, tão presente contemporaneamente, o ativismo feminista também vem conquistando novos territórios: campanhas de denúncia de agressores, mobilizações em torno de casos de feminicídio e a circulação de narrativas de resistência ampliam a visibilidade das violências e pressionam por respostas institucionais. Em meio a tantas ofensivas, as feministas seguem afirmando que outro mundo é possível e construindo-o por meio de ações coletivas fundamentadas em uma crítica ferrenha às estruturas que reproduzem as violências cotidianamente.

⁶ Durante o evento foram assinados “os Projetos de Lei que criam o Cadastro Nacional de Agressores (CNVM); estabelecem medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar; e reforçam a Lei Maria da Penha com medidas mais incisivas em relação ao agressor e com ações mais rápidas para proteção da mulher”. Também foram assinados dois decretos: “um que estabelece diretrizes para ampliar a proteção de mulheres no ambiente digital e detalhar deveres das plataformas digitais na prevenção e resposta a casos de violência online; e outro que atualiza a regulamentação do Marco Civil da Internet, à luz da Constituição pela interpretação do STF, para fortalecer a prevenção e o enfrentamento de fraudes, golpes e atos criminosos nas plataformas digitais”.

Entre guerras, conflitos, incertezas e resistências, as teorias feministas e os estudos de gênero continuam revisitando antigas questões e elaborando novas problematizações, conforme pode ser visto nos artigos deste número, apresentados a seguir, na expectativa de contribuir para a equidade de gênero e para a construção de um mundo mais justo, apesar das ofensivas antifeminista e antigênero.

Os primeiros artigos refletem a atualização dos debates sobre cuidados, a partir de diferentes ângulos. No primeiro deles, intitulado “Políticas de Trabalho e Cuidados no terceiro Governo Lula”, a autoria analisa as políticas de trabalho e cuidado implementadas no decorrer do terceiro mandato deste Governo, em particular a Lei de Igualdade Salarial e da Política Nacional de Cuidados (PNaC), ponderando sobre seus limites, avanços e possibilidades, frente a um contexto marcado pelo conservadorismo neoliberal.

O segundo artigo, “O feminismo pós-estruturalista e a construção da Ética do cuidado”, discute as contribuições do feminismo pós-estruturalista para a construção da Ética do cuidado, explorando as contribuições desse enfoque em seus desdobramentos, para a construção de uma Ética específica no âmbito dos Estudos da deficiência, com destaque para as práticas de cuidado como princípio de justiça.

As relações entre justiça e cuidado também são abordadas no artigo “Direito à saúde reprodutiva como justiça e cuidado”, que analisa “o voto da Ministra Rosa Weber na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 sobre a criminalização do aborto nas doze primeiras semanas”. Com base numa abordagem dedutiva, a pesquisa adotou técnicas de análise bibliográfica e documental, concluindo que o voto analisado não interpreta o aborto como um direito de escolha negativa, mas parte de considerá-lo como um sistema de justiça social reprodutiva.

O último artigo sobre cuidado, intitulado “Mulheres venezuelanas e relações familiares/comunitárias no Brasil”, investiga a situação dessas mulheres que são, em sua maioria, chefes de família e que exercem simultaneamente o papel de líderes comunitárias em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, no Brasil. O estudo aponta para a intensificação das desigualdades sociais e de gênero no seu cotidiano, diante da sobrecarga das responsabilidades familiares e comunitárias.

O artigo “O amor lésbico como amor de si” tem sua originalidade por analisar textos literários publicados de forma independente em plataformas de leitura on-line como Wattpad e Amazon Kindle que retratam aspectos do amor entre mulheres. Trata-se de uma literatura não tradicional, mas acessada cada vez mais por um público muito amplo. A autora e o autor discutem, a partir de sete livros selecionados, como essas obras retratam o amor entre mulheres como amor de si, e como esse exercício ético é abordado pelos textos.

O artigo “Factores que afectan la empleabilidad de la población LGBT: revisión de la literatura” traz à tona uma discussão sempre atual, sobre a influência de estereótipos e preconceitos contra as populações LGBTQIAPN+ no seu acesso aos espaços laborais. A partir de uma revisão sistemática da literatura internacional sobre o tema, foram encontrados tanto fatores de exclusão do mercado de trabalho, como também fatores mitigantes destes preconceitos, como gênero, visibilidade, local de origem, antecedentes penais, classe social, apoio de família e amigos, educação, trabalho sexual e estado de saúde. O artigo aponta, ainda, a escassez de estudos sobre esse tema na América Latina.

Os próximos seis artigos compartilham um horizonte em comum, pois tomam o gênero como categoria central de análise e se debruçam sobre alguns dos modos pelos quais sujeitas e sujeitos resistem e negociam ao serem atravessadas(os) por estruturas normativas e hierárquicas. De acordo com as suas abordagens, a política não se restringe ao Estado ou às instituições formais, mas também acontece nas margens, nos corpos, nas linguagens, nos afetos e nas práticas cotidianas, inclusive no riso. A resistência, nesses textos, é plural: discursiva, performática, humorística, metodológica, legislativa e, invariavelmente, situada desde um ponto de vista territorial, racial, de classe ou de geração.

Assim, em suas abordagens, as autoras e os autores desses artigos não tratam o gênero como eixo único de opressão ou de luta, mas o articulam a raça, colonialidade, religião, território, classe ou geração. A diversidade metodológica apresenta-se como importante contribuição deste conjunto de textos. Utilizam-se da cartografia, genealogia, etnografia, pesquisa-ação participativa, análise do discurso e estudos da performance, recusando um modelo único de operacionalizar as questões de gênero.

No artigo “Quem produz resistências às ofensivas antigênero?”, a autoria investiga o campo de forças da política sexual no oeste de Santa Catarina, região marcada por valores coloniais articulados à família, ao trabalho e à religião. Ao partir de perspectivas genealógicas e cartográficas, dialoga com pessoas envolvidas em polêmicas legislativas municipais em defesa de pautas feministas e LGBTQIAPN+. As questões centrais giram em torno de quem são os sujeitos que produzem resistência nesse contexto de ofensivas antigênero neoconservadoras, e de como emergem, nessa micropolítica de desigualdades e violências, agenciamentos e “desencaixes” que abrem possibilidades para a ação política e para a luta pela igualdade e pela liberdade.

Em “Discurso, gênero e a disputa pela pauta nos movimentos sociais contemporâneos”, as autoras examinam as dinâmicas de gênero internas aos movimentos sociais contemporâneos a partir de observações (auto)etnográficas e análise de gravações em áudio com cicloativistas do Rio de Janeiro. Ao focarem as performances de gênero que emergem de narrativas breves, revelam que as participantes mulheres se encontram num “duplo vínculo”: precisam tornar visível a violência generificada que vivenciam e, ao mesmo tempo, aderirem às normas discursivas do movimento. O artigo interroga em que medida essas performances expressam uma sensibilidade pós-feminista que exige a projeção de uma sujeita corajosa e resiliente, capaz de mitigar a violência cotidiana para se manter legitimamente no espaço político misto.

Escrito desde um lugar de enunciação de duas pesquisadoras brancas e cisgênero que investigam mulheres indígenas da América Latina, o artigo intitulado “Hierarquias na pesquisa social latino-americana: reflexões sobre a prática” propõe uma reflexão crítica sobre as relações hierárquicas presentes no processo de pesquisa acadêmica. Ancoradas na perspectiva genealógica do conceito de horizontalidade e nas metodologias feministas latino-americanas, as autoras tensionam as hierarquias de raça, gênero e posição epistêmica a partir de suas próprias experiências de pesquisa. A questão central é como tomar a própria prática como objeto de estudo pode contribuir para a construção de condições epistêmicas mais justas e para a indagação de pressupostos acadêmicos legitimados.

O artigo “La fuerza de los vínculos. Política pública de equidad de género” resulta de uma pesquisa sobre a implementação de uma política pública de equidade de gênero no município colombiano de Copacabana-Antioquia. Com abordagem qualitativa fundamentada na Pesquisa-Ação Participativa (IAP), a autoria busca identificar os atores e as ações necessárias para que o enfoque de equidade de gênero se materialize institucionalmente. Os achados apontam para a necessidade de articulação e fortalecimento de redes comunitárias para o empoderamento cidadão e para a revisão da normatividade vigente, a fim de gerar as corresponsabilidades indispensáveis à implementação efetiva da política.

O artigo “Narrativas totalizantes, comicidade e pertencimento” parte da premissa de que a comicidade ocupa um lugar central na produção discursiva sobre gênero e sexualidade, podendo tanto reforçar quanto subverter a ordem normativa. O texto examina o entrelaçamento teórico entre narrativas totalizantes, comicidade e pertencimento, e analisa o romance *A indeterminação jurídica de um matrimônio*, da escritora Olga Grjasnowa, identificando duas narrativas totalizantes em torno do matrimônio e da sexualidade, que são subvertidas pelo cômico. A questão que orienta a reflexão é: o humor pode oferecer um novo vocabulário para pensar identidades, esboçando formas alternativas de pertencer que escapam aos léxicos herdados?

Em “O Riso como Potência de Ressignificação dos Desafios da Maternidade”, em diálogo com os Estudos da Performance, as teorias do riso e os estudos sobre maternidades diversas, a autoria analisa dois vídeos da Palhaça HipotenusaAAA para identificar os elementos geradores de riso na problematização das dificuldades da maternidade. A questão central é dupla: de um lado, o riso como potência de transformação, capaz de estilizar as noções de maternidade normativa que circulam como senso comum; de outro, o risco de que ele funcione como mecanismo de exclusão, reforçando estigmas sobre as mães que não se enquadram no modelo hegemônico. O artigo investiga, portanto, como o riso impacta a percepção de si e as possibilidades de resignificação das experiências maternas diversas.

Finalmente esta seção encerra com o artigo “Feminilidade e Disney: o feminino performativo hiperbólico como característica de uma princesa”, que analisa o papel da Disney Pictures na construção e reprodução de padrões de gênero, tomando a marca Princesas como objeto central das análises. Partindo de Judith Butler, o trabalho investiga como a empresa vem moldando, ao longo de décadas, um ideal de feminilidade marcado pela dependência masculina e pela centralidade da aparência física. Ao articular continuidades e rupturas nas representações das personagens femininas, o artigo contribui para o debate sobre os efeitos socioculturais da cultura de massa na produção das subjetividades de gênero.

Neste número da revista estamos publicando o Dossiê “Histórias de mulheres e educação: intimidades, confidências e rebeldias”. O dossiê reúne artigos referentes ao Brasil que vão desde o século XIX até o XXI, apresentando trajetórias de mulheres educadoras, literatura produzida por mulheres sobre a educação em diversos momentos históricos, assim como outras formas de participação de mulheres em espaços educativos. Os artigos mostram a importância de uma perspectiva de gênero para a análise da educação no Brasil, a diversidade de experiências e trajetórias das educadoras, e as rebeldias que constituíram/constituem uma característica central para a conquista de novos espaços e direitos.

Em gestos de protesto e advertência, as resenhas deste número trazem três leituras que se posicionam explicitamente enquanto feministas. Elas formulam um diálogo contundente que demonstra como estes três livros recentemente publicados trazem reflexões para se pensar as vítimas e sujeitos políticos, para se entender a cultura punitiva, para se buscar a vontade de mudar e as masculinidades e para trazer um novo entendimento da segunda onda feminista

nas políticas antigênero. As obras selecionadas lidas e resenhadas na perspectiva de gênero servem, assim, no contexto de nossa *Revista*, de símbolo da urgência e da premência de novas abordagens e de determinadas revisões teóricas e críticas.

Referências

BRASIL. *Sonia Guajajara pede maior presença de mulheres indígenas em cargos públicos no Encontro Nacional de Prefeitas, Vice-Prefeitas e Gestoras Municipais*. Brasília: Ministério dos Povos Indígenas, 2025. Disponível em <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/sonia-guajajara-pede-maior-presenca-de-mulheres-indigenas-em-cargos-publicos-no-encontro-nacional-de-prefeitas-vice-prefeitas-e-gestoras-municipais>. Acesso em 14/05/2026.

BRASIL. “*Todos por Todas*”: Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio completa 100 dias para proteção de mulheres e meninas. Brasília, 2026. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2026/05/201ctodos-por-todas201d-pacto-nacional-brasil-contra-o-feminicidio-completa-100-dias-de-aco-es-para-protecao-das-mulheres-e-meninas>. Acesso em 21/05/2026.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. “Segurança em Números”. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2025. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em 09/05/2026.

LENZI, Maria Helena; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; WOLFF, Cristina Scheibe. “Nossa luta pela democracia continua”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 3, e108664, 2025.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/CCE, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/?format=html&lang=pt>.

PRADO, Samanta. “Sonia Guajajara e a luta das mulheres indígenas por espaço na política institucional (Entrevista)”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2021. Disponível em <https://diplomatique.org.br/sonia-guajajara-e-a-luta-das-mulheres-indigenas-por-espaco-politica-institucional/>. Acesso em 14/05/2026.

RFI. “Feminismos crescem 11% na França e entidades acusam Macron de abandonar a causa”. *RFI*, 2025. Disponível em <https://www.rfi.fr/br/fran%C3%A7a/20251031-feminic%C3%ADdios-crescem-11-na-fran%C3%A7a-e-entidades-acusam-macron-de-abandonar-a-causa>. Acesso em 07/05/2026.

UNODC e ONU Mulheres. “Feminicídios em 2024: Estimativas globais de feminicídios cometidos por parceiros íntimos e familiares”. *Nações Unidas*, 2025. Disponível em https://www.unodc.org/cofrb/uploads/documents/Publicacoes_Globais/previa_69979_livreto_feminicidios_v3_260410_075340.pdf. Acesso em 13/05/2026.

WOLFF, Cristina Scheibe; MINELLA, Luzinete Simões; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; LENZI, Maria Helena. “Sequestros, feminicídios, neoconservadorismos. O que 2026 espera de nós?”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e110616, 2026. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/nNPSx3xxYpg9HGzr8pT6GjS/?lang=pt>.

Luzinete Simões Minella (simoesluzinete@gmail.com) é graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Fez parte do quadro de docentes do Departamento de Sociologia da UFBA entre 1975 e 1991. Vinculou-se ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, de 1991 até 2002, e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política entre 1991 e 2005. É Professora Adjunta IV aposentada da UFSC, atuou como professora voluntária no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, tendo coordenado por vários anos a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), participou de vários dos seus projetos (eventos, publicações, cursos etc.). Entre os projetos, destaca a coordenação editorial da *Revista Estudos Feministas* entre 2001 e 2004.

e entre 2007 e 2008, quando passou a fazer parte da editoria de artigos. Voltou a fazer parte desta coordenação a partir de dezembro de 2016. É membro da Rede Brasileira de Ciência, Tecnologia e Gênero. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou inúmeros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, principalmente nessas áreas. Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação e livros, além de trabalhos completos em anais de eventos etc.

Maria Helena Lenzi (prenom.marie@gmail.com) possui graduação (2006) e mestrado (2010) em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2016). Realizou estágio de pós-doutorado no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (2017-2019). É professora do Departamento de Geociências e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desastres Naturais da UFSC. É membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Agência das Nações Unidas para Refugiados e do Observatório das Migrações em Santa Catarina da Universidade do Estado de Santa Catarina. Compõe o conselho editorial da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Desde 2018, participa da Revista Estudos Feministas como editora de artigos e em 2025 assumiu a coordenação editorial junto com as professoras Cristina Scheibe Wolff, Luzinete Simões Minella e Tânia Regina Oliveira Ramos. Tem realizado pesquisas nas áreas de epistemologias feministas na Geografia, migração, refúgio e deslocamentos ambientais.

Cristina Scheibe Wolff (cristiwofff@gmail.com) é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998). Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991). Em 2004/2005 realizou Pós-Doutorado na Université Rennes 2, na França, e entre 2010 e 2011, no Latin American Studies Center da University of Maryland, em College Park, Estados Unidos da América. Ocupou a Cátedra Fulbright de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts em Amherst (set.-dez. 2017) e foi pesquisadora convidada no Laboratoire Arenes, Université Rennes 2 (jan.-jul. 2018). Atualmente, é Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e uma das coordenadoras editoriais da Revista Estudos Feministas (2006-2009 e 2011-atual). Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua ainda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Mestrado Profissional de Ensino de História. Foi a coordenadora geral do Fazendo Gênero 11 e 13º Women's Worlds Congress, realizados na UFSC em 2017. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Mulheres e do Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, memória, guerrilha, resistência às ditaduras no Cone Sul.

Tânia Regina Oliveira Ramos (taniareginaoliveiraramos@gmail.com) é doutora em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado e Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora Titular e coordena o núcleo Literatura e Memória da UFSC, núcleo com projetos aprovados pela FAPESC e CNPq. Faz parte da Coordenação Geral da Revista Estudos Feministas e do Conselho Editorial das revistas Uniletras, Mafuá Ciências e Letras, Literatura Hoje, Signótica e Anuário de Literatura. É professora de Literatura Brasileira e Estudos Literários nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras e Literatura na UFSC. Atua, pesquisa e publica nas linhas de pesquisa História e Memória, escritas de si e gênero.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MINELLA, Luzinete Simões; LENZI, Maria Helena; WOLFF, Cristina Scheibe; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. "Mulheres: entre guerras, conflitos, incertezas e resistências". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elaboração e redação coletiva.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não informado o uso de dados, não utilizou dados de pesquisa.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 08/06/2026

Aceito em 09/06/2026